

O CURSO DE PEDAGOGIA NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA: A EDUCAÇÃO SOCIAL EM QUESTÃO

 <https://doi.org/10.56238/arev6n2-039>

Data de submissão: 03/09/2024

Data de publicação: 03/10/2024

Márcia Regina do Nascimento Sambugari

Doutora em Educação pela PUC-SP.
Professora Associada da UFMS/CPAN
E-mail: marcia.sambugari@ufms.br

Patricia Teixeira Tavano

Doutora em Educação pela USP.
Professora Adjunta da UFMS/CPAN
E-mail: patricia.tavano@ufms.br

Edelir Salomão Garcia

Doutora em Educação Escolar pela UNESP FCLAr
Professora Associada (Aposentada) da UFMS/CPAN
E-mail: edelir.salomao@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta o estudo que se insere no campo da formação de professores de um curso de Pedagogia de uma instituição de ensino superior (IES) localizada em Corumbá, cidade-gêmea na fronteira Brasil/Bolívia, da qual emergem desafios e possibilidades, ao tomar como foco a Educação Social no percurso formativo dos acadêmicos, seja em contextos escolares ou não escolares. A partir de um estudo do tipo documental, buscou-se mapear a discussão da educação social na formação de pedagogos entre os anos de 2008 e 2023. Para tanto, tomou-se como material principal de análise as estruturas curriculares dos projetos pedagógicos do curso de Pedagogia ofertado pelo atual Campus Pantanal, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Partindo da concepção de educação social como princípios de igualdade e melhoria para as comunidades, e olhando para o contexto fronteiriço de intensa migração internacional, descreve-se a emergência e consolidação da discussão da educação social nos projetos pedagógicos do referido curso. Da análise empreendida verifica-se que, apesar da discussão acerca da educação social no curso de Pedagogia ter sofrido redução quantitativa no período, ela se estabiliza e consolida como uma importante área formativa desses profissionais.

Palavras-chave: Educação Social, Pedagogia, Projeto Pedagógico de Curso, Migração Internacional em Fronteira.

1 INTRODUÇÃO

O estudo apresentado neste artigo se insere no campo da formação de professores de um curso de Pedagogia de uma instituição de ensino superior (IES) localizada em Corumbá, cidade-gêmea na fronteira Brasil/Bolívia, da qual emergem desafios e possibilidades, ao tomar como foco a Educação Social no percurso formativo dos acadêmicos, seja em contextos escolares ou não escolares.

Cidades-gêmeas são municípios brasileiros com mais de 2000 habitantes que compartilham espaços fronteiriços internacionais e que possuem, conforme a Portaria nº 2507/2021 “grande potencial de integração econômica e cultural” (BRASIL, 2021). Essa mesma Portaria reconhece 33 cidades-gêmeas no Brasil com suas equivalentes internacionais com Guiana Francesa, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. Considerando esse potencial de integração, Corumbá, no Estado do Mato Grosso do Sul, compõe com Puerto Quijarro e Puerto Suarez na Bolívia o terceiro maior conglomerado gemelar em quantidade de habitantes, ficando atrás de Foz do Iguaçu (PR) e Uruguaiana (RS) apenas.

Ao olharmos para a história da composição populacional de Corumbá, observamos que essa condição gemelar se reflete em uma presença contínua e estável de migrantes internacionais. As três tipologias migratórias (permanentes ou residentes, pendulares, ou de passagem) cruzam essa linha de fronteira seca continuamente, e não apenas vindos da Bolívia, País contíguo imediato. De acordo com o Anuário das Migrações Internacionais em Corumbá-MS, organizado pelo Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (MIGRAFRON), estavam domiciliados na cidade de Corumbá no ano de 2022, 28 nacionalidades distintas, perfazendo todos os continentes, exceto a Oceania. (MIGRAFRON, 2023).

Essa diversidade é constatada por Oliveira e Loio (2019) como constituinte histórica da cidade, que desde sua formação no século XVII sempre foi palco de intensa migração, pois torna-se atrativa, entre outros elementos, pela facilidade de deslocamento pois servida de todos os modais de transporte (aéreo, terrestre, ferroviário e hidroviário). Diariamente, o fluxo de pessoas pela linha de fronteira é intenso, tanto para o lado boliviano quanto para o lado brasileiro, seja na forma de passagem para acesso a outros locais dos territórios nacionais, seja para consumo, trabalho, prestação de serviços, ou acesso ao aparato de saúde e educação.

Essa característica migratória consolidada na cidade de Corumbá se reflete não apenas em movimento contínuo, mas na necessidade de se olhar com atenção e cuidado aos sujeitos que migram e às vulnerabilidades, tanto as inerentes ao próprio processo migratório, quanto às dos indivíduos, tais como: insegurança alimentar, financeira e social; indocumentação; violências; violação de direitos; xenofobia.

Nesse palco migratório intenso, contínuo e constitutivo, a partir de 1967, Corumbá (ainda cidade de Mato Grosso, a partir de 1977 cidade de Mato Grosso do Sul) começa a oferecer os cursos de graduação em Pedagogia, Psicologia, História e Letras no recém-criado Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá (ISPC). Posteriormente, foi denominado Centro Pedagógico de Corumbá ao constituir extensão da Universidade Estadual do Mato Grosso. Com o processo de divisão do estado e federalização, esta unidade passou a ser denominada Centro Universitário de Corumbá (CEUC), como um Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (instituída com a divisão do Estado). A partir do ano de 2005 passou a receber denominação Câmpus do Pantanal (CPAN).

[...] o ano de 1967, o Governo do Estado de Mato Grosso criou em Corumbá, o Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá (ISPC), pelo Decreto Estadual nº 402 de 13/11/1967. Em 16 de setembro de 1969, integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947/69 criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT). Em 1979, com a divisão do Estado de Mato Grosso, foi concretizada a federalização da Instituição que passou a se denominar Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), pela Lei Federal nº 6.674/79. (CPAN/UFMS, 2024).

Este artigo parte da realidade premente do município de Corumbá de presença importante de crianças, jovens e adultos migrantes internacionais, de primeira e segunda gerações, em todo o espaço-tempo citadino, em um fluxo intenso de culturas, idiomas e esperanças que rebatem nos espaços educacionais, sejam eles representados pela instituição escolar, sejam eles representados por espaços não-escolares. Neste contexto, ao tomar como material de estudo os Projetos Pedagógicos (PPC) do curso de Pedagogia/CPAN, busca-se apresentar como a Educação Social foi-se configurando como necessidade formativa do pedagogo. A opção pelo documento Projeto Pedagógico justifica-se na possibilidade do PPC ser, conforme assinalado por Graciani (2014, p. 49), “[...] um instrumento norteador de ações educativas”.

A concepção de Educação Social está assentada em Díaz (2006, p. 103), como “[...] instrumento igualitário e de melhoria da vida social e pessoal” para todos, sendo a Pedagogia um campo de formação que pode propiciar seja nos espaços escolares e não escolares, o “[...] diálogo nas diferenças, no exercício da tolerância e na construção de uma sociedade que atenda aos anseios da coletividade” (SOUZA; CATANI, 2016, p. 63), colocando a educação social como pedra de toque em um espaço fronteiro migratório intenso como o de Corumbá.

Como material de estudo selecionamos a matriz curricular dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) do curso de Pedagogia/CPAN, tomando como recorte temporal as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Pedagogia aprovadas em 2006, tendo a implantação do novo curso de Pedagogia/CPAN em 2008. O motivo deste recorte justifica-se pela formação mais ampla ao pedagogo propiciada pelas DCN Pedagogia, com a possibilidade de atuação em instituições não escolares. Dessa

maneira para a análise tomamos as estruturas curriculares dos PPC do curso de Pedagogia/CPAN implantados em: 2008 (UFMS, 2009); 2011 (UFMS, 2011), 2015 (UFMS, 2014), 2019 (UFMS, 2018) e 2023 (UFMS, 2022).

Para a análise utilizamos alguns elementos da análise de conteúdo da vertente francesa de Bardin (2016), na qual primeiramente foi realizada uma leitura flutuante dos PPC do curso de Pedagogia/CPAN/UFMS, especificamente da estrutura curricular. Dessa leitura partimos para a sistematização, em forma de quadros, buscando especificar o nome das disciplinas, carga horária e ementas das disciplinas relacionadas a Pedagogia/Educação Social. Após essa sistematização realizamos uma análise temática, tomando como foco a educação social na formação de pedagogos entre os anos de 2008 e 2023.

Desse modo, o texto está organizado em duas partes, a primeira apresenta uma breve contextualização do curso Pedagogia/CPAN até a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de Pedagogia. E, na segunda parte são tecidas as análises a partir do mapeamento realizado nos PPC do curso acerca da educação social na formação do pedagogo.

2 BREVE HISTÓRICO DO CURSO DE PEDAGOGIA/CPAN: DA ORIGEM ATÉ AS DCN PARA OS CURSOS DE PEDAGOGIA

O curso de Pedagogia em Corumbá, até o início dos anos 1990 atendia aos princípios do Parecer nº 252/1969 do Conselho Federal de Educação (CFE), de autoria do Professor Valmir Chagas, o qual seguia os preceitos da Lei da Reforma Universitária nº 5.440 de 1968. De acordo com Silva, Guilherme e Brito (2023), esse parecer introduziu a proposta da formação dos “especialistas”, o que levou o curso de Pedagogia a oferecer alternadamente as habilitações em: Administração Escolar, Supervisão Escolar, Inspeção Escolar e Orientação Educacional, em concomitância com a habilitação Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino de 2º grau, inicialmente oferecidas em Licenciatura Curta e, posteriormente, em Licenciatura Plena.

Dessa forma, por mais de 20 anos, este curso formou o Especialista de Educação (Técnico em Educação) e o docente para o Curso Normal. Portanto, desde seus primórdios, a docência sempre esteve presente, qualificando profissionais para atuar na formação de professores para o ensino primário da rede de ensino e técnicos para atuar nas escolas e nos diferentes níveis do sistema de ensino nos municípios de Corumbá e Ladário e em outras regiões do Estado, bem como no Brasil.

Com o movimento de reformulação do curso de Pedagogia desencadeado na década de 1980 e amparado pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), o CFE consentiu que “[...] muitas instituições, progressivamente, [...] fossem incorporando novas habilitações

ao Curso de Pedagogia, voltadas essencialmente para a docência” (CRUZ, 2011, p. 50). Assim, em 1991, teve início, em consonância com a discussão nacional, a Habilitação Magistério da Educação Infantil e das Séries Iniciais do Ensino Fundamental oferecida concomitantemente com a Habilitação Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Médio, no turno noturno, para atender à demanda da sociedade e, ao mesmo tempo, respondendo às diretrizes da política educacional. Essa habilitação graduou a primeira turma em 1994.

No mesmo ano (1994), as habilitações técnicas passaram a ser desativadas gradativamente, sendo que a última turma se graduou em 1997, momento em que o curso de Pedagogia/CPAN passou a preparar somente profissionais para atuar na educação infantil, nas séries iniciais do ensino fundamental e no magistério do ensino médio na modalidade Normal, assumindo a docência como base de sua formação. Durante doze anos o curso de Pedagogia voltou-se para a formação desse profissional, sendo que a última turma se graduou em 2006.

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1996) e os documentos normativos evidenciaram ambiguidades e suscitaram diversas interpretações trazendo uma incógnita sobre o rumo do curso de pedagogia, se o mesmo poderia formar o licenciado ou o bacharel, no entanto, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia do CAPN foi mantido com a formação docente.

Em 2001, com a aprovação das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Formação de Professores para a Educação Básica, em nível superior, conforme Parecer CNE/CP nº 9/2001 (BRASIL, 2002a) e Resolução CNE/CP nº 1/2002 (BRASIL, 2002b), foi desencadeada a discussão acerca da formação de professores e o curso de Pedagogia do CPAN teve redefinida sua habilitação - Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, implantada em 2004. Essa habilitação graduou a primeira turma no ano de 2007, sendo que apenas quatro turmas obtiveram essa formação.

Em 2006, com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de Pedagogia, por meio da Resolução CNE/CP nº 01/2006 (BRASIL, 2006) e do Parecer CNE/CP nº 5/2005 (BRASIL, 2005), foi iniciado um novo processo de reformulação do Curso de Pedagogia com base nesses documentos, cuja implantação e implementação ocorreram a partir de 2008. Essa nova proposta trouxe um novo enfoque de formação, pois essa normalização considerou, com algumas restrições, as discussões trazidas pelos educadores, bem como pelas entidades representativas da área, como a ANFOPE, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPEd), o Fórum Nacional dos Diretores de Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras (FORUNDIR), a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), os Centros de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), entre outros.

Esses documentos trouxeram como referência o entendimento de que a formação do licenciado em Pedagogia fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado em espaços escolares e não-escolares, que têm a docência como base. Nessa perspectiva, a docência é compreendida como “[...] ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia” (BRASIL, 2005, p. 07).

Apesar desses documentos assumirem a docência como base da formação do pedagogo, eles alteram radicalmente a estrutura dos cursos existentes, propondo mudanças significativas nas propostas de habilitações oferecidas até então, apontando para a necessidade de se discutir a educação no e para além dos limites da escola, ao trazer uma perspectiva de inovação para a formação do pedagogo e ao sinalizar para a questão da educação fora da escola e para as novas demandas de trabalho que propiciam atuação desse profissional em diferentes espaços.

Ribas Machado, Severo e Rodrigues (2014) destacam que a DCN abriu espaços para novas possibilidades e percursos pedagógicos, apesar da maioria dos projetos pedagógicos dos cursos de Pedagogia dessem enfoque somente à docência na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Vale destacar que as discussões feitas no âmbito do curso de Pedagogia já evidenciaram a necessidade de uma formação mais ampla ao pedagogo e, dessa forma através de uma disciplina optativa os acadêmicos do curso de pedagogia puderam vivenciar práticas pedagógicas em instituições sociais não escolares, desde o início da década de 1990, seja para os pedagogos das habilitações técnicas, seja para os pedagogos da formação docente.

Em ambos os cursos se buscava uma formação do pedagogo que compreendesse a educação como processos formativos que se desenvolve para além dos espaços escolares, apontando para a necessidade que os profissionais da educação vivenciassem uma formação que contemplasse as diferentes educações, como no dizer de Brandão (1983).

3 A PROPOSTA DO CURSO DE PEDAGOGIA/CPAN A PARTIR DE 2008: A EDUCAÇÃO SOCIAL EM QUESTÃO

O curso de Pedagogia/CPAN tem seguido, na medida do possível, uma perspectiva de ampliação dos debates sobre a preparação deste profissional. Esta ampliação foi construída, inicialmente, na primeira reformulação do PPC em decorrência da aprovação das DCN Pedagogia em 2005/2006. A concepção de educação presente no PPC da Pedagogia/CPAN era entendida nas relações

que se dão no âmbito da base material e da superestrutura e, dessa forma, ela não deve ser entendida a partir dela mesma, pois:

[...] a educação pleiteada não deve ser considerada isoladamente, mas em relação aos elementos que a condicionam e que, ao mesmo tempo, são sensíveis às mudanças produzidas por ela. Nessa perspectiva, a educação sofre transformações e transforma também. (UFMS, 2009, p. 10).

Nessa perspectiva, o objetivo do curso de Pedagogia/CPAN estava pautado na formação de:

[...] profissionais com capacidade crítica e sólida formação cultural, capazes de realizar as atividades do processo ensino-aprendizagem e contribuir para a formação de cidadãos críticos, para exercer a docência, bem como as funções do trabalho pedagógico em instituições escolares e não escolares. (UFMS, 2009, p. 12).

A partir das DCN da Pedagogia, a estrutura curricular do curso passou a ter os núcleos de aprofundamento e diversificação de Estudos (NAP), tendo o objetivo de constituir um espaço de aprendizagem, introduzindo o acadêmico no conhecimento do contexto e das relações em que está inserida a prática educativa. Também busca assegurar oportunidades diversificadas de construção de referências para interpretar processos educativos que ocorrem em espaços escolares e não-escolares. (UFMS, 2009).

No PPC de 2008 foram propostos sete núcleos de aprofundamentos, sendo eles:

1. Núcleo de aprofundamento em alfabetização de jovens e adultos;
2. Núcleo de aprofundamento em educação inicial e continuada do professor;
3. Núcleo de aprofundamento em educação no campo;
4. Núcleo de aprofundamento em educação, artes e ludicidade;
5. Núcleo de aprofundamento em gestão educacional;
6. Núcleo de aprofundamento em educação especial e inclusão; e
7. **Núcleo de aprofundamento em pedagogia social.** (UFMS, 2009, p. 13, grifo nosso).

Anualmente seria disponibilizado ao menos um núcleo de aprofundamento de acordo com a disponibilidade de docentes para ministrarem as disciplinas que compunham o núcleo ao longo dos dois anos de formação e caberia ao acadêmico matricular-se nas disciplinas específicas do núcleo oferecido no período correspondente. E quando fossem oferecidos dois ou mais núcleos concomitantes, os acadêmicos deveriam fazer uma escolha pelo núcleo do interesse dele, mas poderia cumprir as disciplinas teóricas dos demais grupos.

O Núcleo de aprofundamento em pedagogia social era composto por duas disciplinas teóricas e um estágio supervisionado, conforme o quadro 1.

Quadro 1: Composição do NAP em Pedagogia Social com carga-horária e ementas no PPC-Pedagogia/CPAN de 2008

Disciplinas	CH	Ementas
Inclusão/Exclusão Social	60	Estudo dos conceitos acerca da inclusão e exclusão social.
Projetos e Ações de Atenção Social	80	Estudo dos Projetos, Programas e Ações Governamentais e Não-Governamentais de atenção à população em situação de vulnerabilidade social.
Estágio Supervisionado em Pedagogia Social	100	Observação, Análise e Intervenção nos processos pedagógicos em instituições escolares e não-escolares.
Carga horária total	240	

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia/UFMS/CPan de 2008 (UFMS, 2009).

O objetivo do NAP era o aprofundamento dos estudos acerca dos conceitos de inclusão e exclusão social, bem como dos projetos, programas e ações governamentais e não governamentais de atenção à população em situação de vulnerabilidade e, principalmente, o conhecimento, análise e intervenção nos processos pedagógicos em instituições não escolares. Contudo, nem todos os alunos cursavam este Núcleo devido à possibilidade de escolha que eles tinham, pois sempre eram ofertados, no mínimo, dois núcleos.

A disciplina “Inclusão/exclusão” visava analisar os conceitos de inclusão e exclusão social ao longo da história, enquanto que a disciplina “Projetos e ações de atenção social” abordava o estudo dos projetos, programas e ações governamentais e não governamentais de atenção à população em situação de vulnerabilidade social enfatizando os caminhos da educação social ao longo da história. E, por fim, o estágio supervisionado em Pedagogia Social permitiram que os acadêmicos observassem, analisassem e interviessem em processos pedagógicos nas instituições sociais não escolares.

Além do NAP Pedagogia Social, todos os acadêmicos do curso tinham uma disciplina teórico-prática relacionada às questões da educação não escolar através da componente curricular obrigatória “Atividades Orientadas em Pesquisa e Prática Pedagógica I” com a seguinte ementa:

Espaço interdisciplinar destinado a estabelecer a articulação entre os conteúdos das disciplinas do curso, a realidade escolar e as demandas educacionais. Conhecimento da escola e de instituições sociais não escolares. Desenvolvimento de Práticas e de Pesquisa sobre as Instituições Sociais não Escolares. (UFMS, 2009, p. 14).

Vale destacar que disciplinas de outros Núcleos de Aprofundamento, bem como algumas disciplinas optativas também traziam questões sobre a formação do pedagogo para refletir sobre a relação da Pedagogia com a Educação Social.

Quanto da atuação do pedagogo em diferentes contextos não escolares, o curso passou a mobilizar estudos e as pesquisas na atuação do pedagogo na área social, sendo no Terceiro Setor, em Projetos Sociais, na Assistência Social, dentre outros espaços que nos últimos anos começou a ganhar visibilidade tendo como base o campo da Pedagogia Social. Segundo Coffferri e Nogaro (2010, p. 9):

[...] a Pedagogia Social permite ao pedagogo estimular a reflexão crítica, pela qual os conhecimentos, repassados em ações de educação não formal, oportunizam uma melhor compreensão do significado da aprendizagem no aprimoramento do ser humano em sua dimensão social. Construir consciência reflexiva, crítica e criativa torna-se uma condição essencial para que a pessoa consiga pensar de maneira coerente e lógica, conseguindo relacionar-se com um mundo mais amplo de ideias dentro da estrutura social em que está inserido, bem como aperfeiçoar o senso questionador, capaz de exercer uma interação na sociedade e, até mesmo, contribuir nas decisões que afetam decisivamente nas condições de sua vida e condição permanente da Educação Social.

A partir dos estudos e pesquisa que vinham sendo desenvolvidos, bem como a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia/CPAN ocorrida em 2011, o NAP de Pedagogia Social passou a ser composto por quatro disciplinas, sendo duas de estágio, conforme sistematizado no quadro 2.

Quadro 2: Composição do NAP em Pedagogia Social com carga-horária e ementas do PPC- Pedagogia/CPAN de 2011

Disciplinas	CH	Ementas
Pedagogia Social	85	Pedagogia social e pedagogia escolar: dimensões formal e não formal da educação. A pedagogia social e a ação educativa na sociedade.
Projetos e Ações de Atenção Social	68	Estudo dos Projetos, Programas e Ações Governamentais e Não-Governamentais de atenção à população em situação de vulnerabilidade social.
Estágio Obrigatório em Pedagogia Social I	51	Observação, Análise e Intervenção nos processos pedagógicos em instituições escolares e não-escolares.
Estágio Obrigatório em Pedagogia Social II	51	Observação, Análise e Intervenção nos processos pedagógicos em instituições escolares e não-escolares.
Carga horária total		255

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia/UFMS/CPAN de 2011 (UFMS, 2011).

Com a mudança curricular avaliou-se que era necessário aprofundar a relação teoria e prática do pedagogo em espaços não escolares nas várias dimensões, tendo em vista à compreensão dos direitos humanos, inclusão e cidadania dos sujeitos da educação social e o papel desse educador na sociedade.

Tendo em vista que o “[...] educador social é um pesquisador, um investigador que estuda, propõe e organiza percebe, intervém e testa constantemente o seu referencial teórico com sensibilidade política, articulação social e participação comprometida [...]”, com vista à transformação social (GRACIANI, 2014, p.25).

Dessa forma, buscou-se, ainda que de forma embrionária, proporcionar estudos teóricos sobre a área e a inserção do acadêmico no acompanhamento do trabalho do educador social em diferentes espaços, bem como planejar, executar e avaliar a intervenção pedagógica.

A partir de 2015, tomando-se como base as linhas de pesquisas do corpo docente, o curso de Pedagogia/CPAN passou a ter quatro áreas do NAP, sendo elas: (i) Educação de Jovens e adultos; (ii)

Educação Especial; (iii) Gestão Escolar e (iv) Pedagogia/Educação Social e foram incorporadas na matriz curricular do curso como disciplinas obrigatórias a todos os acadêmicos.

As disciplinas “Pedagogia e Educação Social” e “Práticas Pedagógicas e Pesquisa I (Educação Não Escolar)” eram ministradas no 1º e 2º semestres, respectivamente, com carga horária de 51 horas, de forma que todos os alunos pudessem ter contato com essa área, no início do curso, tendo as seguintes ementas, respectivamente:

PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO SOCIAL - Educação como princípio educativo. Educação formal, não formal e informal. A Pedagogia e os diferentes espaços de atuação. O pedagogo como agente do processo educativo. Pedagogia e Educação Social: impasses, desafios e perspectivas em construção.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E PESQUISA I (EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR) - Espaço interdisciplinar destinado a estabelecer a articulação entre os conteúdos das disciplinas do curso, a realidade socioeducativa e suas demandas. Conhecimento de instituições sociais não escolares e os campos de atuação, papel e função social do pedagogo na área da Cultura, Empresa, Saúde e Assistência Social. Desenvolvimento de práticas e de pesquisa sobre a atuação do pedagogo em espaços não escolares (Educação Social). (UFMS, 2014, p. 184-185).

A perspectiva era discutir as diferentes demandas socioeducacionais que ultrapassam os limites formais e regulares da escola e se incorporam aos desafios da formação do educador, pois são crescentes as intervenções e ações educativas em espaços não formais como Casas de Acolhimento, Hospitais, Programas Governamentais de atendimento à criança e adolescentes em situação de risco, Projetos Sociais em Organizações não-governamentais, entre outros.

A análise dessa incorporação do NAP Pedagogia/Educação Social como disciplinas obrigatórias para todos os estudantes indica o quanto era importante que todos os alunos compreendessem a pedagogia como um espaço de se pensar a educação “[...] como um fenômeno complexo composto por um grande número de correntes, vertentes, tendências e concepções, enraizadas e em culturas e filosofias diferentes” (GADOTTI, 2012, p. 10), que tem por base os processos formativos e se desenvolve em diferentes locais, para além dos escolares. E, no caso a disciplina de educação social ajudaria os futuros profissionais compreenderem que:

A base da identidade profissional do educador é a ação pedagógica [...]. Com efeito, a Pedagogia corresponde aos objetivos e processos do educativo. Justamente em razão do vínculo necessário entre a ação educativa intencional e a dinâmica das relações entre classes e grupos sociais, é que ela investiga os fatores que contribuem para a formação humana em cada contexto histórico-social, pelo que vai constituindo e recriando seu objeto próprio de estudo e seu conteúdo – a educação. (LIBÂNEO, 2022, p. 55).

Seja para atuar na educação escolar, como em outros espaços, pois a partir da reflexão dos processos educativos, como a dinâmica social, contribuiria para o entendimento de que “[...] a teoria

pedagógica que pode, a partir da prática, formular diretrizes que darão uma direção à ação educativa.” (LIBÂNEO, 2022, p. 55).

Nessa perspectiva, de acordo com Cofferi e Nogaro (2010, p. 9):

A Pedagogia Social permite ao pedagogo estimular a reflexão crítica, pela qual os conhecimentos, repassados em ações de educação não formal, oportunizam uma melhor compreensão do significado da aprendizagem no aprimoramento do ser humano em sua dimensão social. Construir consciência reflexiva, crítica e criativa torna-se uma condição essencial para que a pessoa consiga pensar de maneira coerente e lógica, conseguindo relacionar-se com um mundo mais amplo de ideias dentro da estrutura social em que está inserido, bem como aperfeiçoar o senso questionador, capaz de exercer uma interação na sociedade e, até mesmo, contribuir nas decisões que afetam decisivamente nas condições de sua vida e condição permanente da Educação Social.

Em 2019, tanto a disciplina “Pedagogia e Educação Social” quanto a “Práticas Pedagógicas e Pesquisa VI (Educação não escolar), passaram para o último ano do curso (UFMS, 2018), tendo em vista a necessidade de os acadêmicos terem uma fundamentação teórica ampla para compreenderem a teoria pedagógica que perpassa a educação/educações nos contextos da educação social.

Na estrutura curricular do PPC implantado em 2019 verificamos que o NAP passou a ter seis diferentes áreas de aprofundamento, conforme a necessidade de oferta, sendo elas:

1. Núcleo de alfabetização e letramento na região de fronteira
2. Núcleo de arte e educação
3. Núcleo de educação ambiental
4. Núcleo de educação especial e inclusiva
5. Núcleo de mídias e tecnologias na alfabetização
6. Núcleo de práticas de avaliação da aprendizagem (UFMS, 2018, p. 449-450).

O acadêmico precisava cursar duas disciplinas de um dos NAP que estavam sendo oferecidos à turma no último ano do curso. Verifica-se temas vinculadas às necessidades formativas do pedagogo, fazendo interface com aspectos da Educação Social.

Embora em 2019 tenha sido aprovada por meio da Resolução CNE/CP nº 02/2019, a Base Nacional de Formação Docente – BNC-Formação (BRASIL, 2019), o PPC do curso de Pedagogia/CPAN permaneceu ancorada nas diretrizes curriculares de 2006, e durante o ano de 2022, passou pela última alteração, reafirmando a necessidade da Pedagogia e Educação Social na formação do pedagogo, tendo seguinte descrição:

- EDUCAÇÃO SOCIAL E EM CONTEXTOS NÃO ESCOLARES: Pedagogia e Educação Social. A Educação como princípio educativo em diferentes contextos. O pedagogo como agente do processo educativo. Educação formal, não formal e informal. O pedagogo e os diferentes espaços de atuação profissional.
- PRÁTICA EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, EDUCAÇÃO SOCIAL E CONTEXTOS NÃO ESCOLARES: Espaço interdisciplinar destinado a estabelecer a articulação entre os conteúdos das disciplinas do curso, a realidade socioeducativa e as

demandas educacionais. Conhecimento e compreensão dos espaços educacionais da Educação de Jovens e Adultos e da atuação do pedagogo na modalidade. Os campos de atuação, o papel e a função social do pedagogo na área da Cultura, da Educação Ambiental, das Organizações Não-Governamentais, da Saúde, dos Direitos Humanos e da Assistência Social. Conhecimento e compreensão da ação da Pedagogia em instituições sociais não escolares. Educação Popular e as interfaces com a Educação de Jovens e Adultos e a Educação em Contextos não escolares. (UFMS, 2022, p. 334, 349).

Vale destacar que, além das disciplinas que abordaram diretamente a Pedagogia Social, o curso oferecia disciplinas que podiam direta, ou indiretamente, auxiliar o pedagogo a refletir sobre a pedagogia social e a atuação do educador social, sendo através das disciplinas complementares optativas, ou através das disciplinas do Núcleo de Estudos Integradores e, até mesmo pelas disciplinas de outros Núcleos de Aprofundamento, quando estes faziam parte da grade curricular do curso.

Por meio da análise das estruturas curriculares dos PPC do curso de Pedagogia, ao longo de 2008 a 2022, verifica-se que o curso busca contribuir para a formação dos acadêmicos do curso de pedagogia/CPAN para atender às novas demandas e ações desempenhadas pelo pedagogo na sociedade, ao estimular a reflexão de sua atuação no processo de aprendizagem dos sujeitos, seja no espaço escolar ou não escolar, especialmente, no campo da educação social. Conforme destaca Frizon (2006, p. 27):

[...] o pedagogo, nos espaços educativos não-escolares, ao promover o (re)aprender a aprender, pode desencadear um processo de mudança nas condições de trabalho, gerar oportunidades que visem preencher o vácuo ou as lacunas existentes na formação de cada um. Neste movimento, que se origina da necessidade de atender os desafios propostos pelo mundo pessoal, profissional, organizacional, a percepção de que se pode, intencionalmente, interferir na realidade a fim de melhorá-la sinaliza que os conhecimentos sejam sistematizados e encaminhados para potencializar esta possibilidade. Ao pretender educar o sujeito para o mundo, é preciso explicitar o que se entende por educação. As mudanças decorrentes das transformações sociais imprimem outra configuração na educação, ou seja, torna-se essencial e urgente formar pessoas para o incerto, as preparando para que possam tomar decisões conscientes e informadas, o que pressupõe, além de novos conhecimentos, o desenvolvimento de capacidades e habilidades básicas específicas. (FRISON, 2006, p. 27).

É possível evidenciar, por meio da análise dos PPC da Pedagogia/CPAN que há uma ação de formação desse profissional para atuar em espaços não escolares, bem como podemos assinalar a presença desse profissional em diferentes setores sociais dos municípios de Corumbá-MS e Ladário-MS, mostrando sua inserção no mercado de trabalho para além do espaço escolar.

Esses profissionais atuam na coordenação de práticas educativas em espaços como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Marinha do Brasil, Empresas (Mineração, Indústria, Transporte de Minério, entre outros); Secretaria Municipal de Saúde de Corumbá e Ladário; Secretaria Municipal de Assistência Social de Corumbá e Ladário; Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Corumbá; em Organizações

Governamentais (Casa de Cultura de Corumbá, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Luiz de Albuquerque, entre outros); Organizações Não Governamentais (Instituto Homem Pantaneiro); além de Instituições Sociais não Escolares que desenvolvem programas sociais (Casa de Acolhimento, Casa de Guarda, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Casa do Massa-Barro, entre outros).

É, contudo, importante que sinalizemos que apesar do curso ter acompanhado as determinações legais para a construção dos projetos pedagógicos, a discussão consolidada da educação social, representada através da oferta de disciplinas obrigatórias, reduziu. Essa discussão, que vinha em um crescente do ano de 2008 para 2011, sofre redução posterior, não apenas em quantidade de componentes curriculares diretamente vinculada, mas também na característica das discussões. Se em 2011 a presença dos estágios pode ser considerada como uma aproximação mais concreta às condições de atuação do docente nos contextos da educação social, sua retirada nos anos posteriores pode ser entendida como uma limitação dessa aproximação, ou ao menos como uma mudança no enfoque dessa aproximação.

O estudo também aponta que o curso de Pedagogia/CPAN conta com experiência significativa nessa área por meio dos estudos e pesquisas desenvolvidas que abarcam essa temática, que inclui grupo de estudos, atividades práticas e de pesquisa, palestras com convidados especiais, minicursos, seminários e debates. Essa experiência também é observada pela própria consistência e permanência da temática no projeto pedagógico que, ainda que tenha reduzido, manteve a discussão obrigatória da educação social como um dos focos da formação dos docentes, ao lado de discussões mais consolidadas, e talvez até mais tradicionais, como a educação infantil e o ensino fundamental.

4 CONCLUSÃO

A partir dos estudos efetuados por meio da análise da estrutura curricular do curso de Pedagogia/CPAN, percebeu-se o quanto o conhecimento referente à formação dos profissionais para atendimento à criança e ao adolescente em espaços escolares e não escolares ainda precisa ser buscado, seja na perspectiva de análise dos processos de formação, seja no estudo da percepção desses (profissionais) e seus usuários, seja na constituição da área que é muito recente em nossa realidade.

Vale retomar a condição fronteira de Corumbá, espaço de atuação da maioria dos egressos, e que possui uma demanda pela inclusão dos sujeitos com vulnerabilidades diversas potencializadas pelo processo migratório. Nesse sentido, ainda que com redução, o curso de Pedagogia tem contribuído para a formação de profissionais docentes com condições de análise da realidade cidadina e proposição

de ações educativas consistentes, mediada não por necessidades alheias, mas pelas necessidades observadas diariamente nos espaços educativos.

Os estudos realizados até o presente momento constituem importante sistematização e produção de conhecimentos sobre a temática e evidenciam a necessidade de continuidade das pesquisas na área no sentido de aprofundarmos as questões discutidas pelo grupo de pesquisadores e de ampliarmos o foco, demarcando essa área tão importante para a formação dos futuros educadores, principalmente pela possibilidade de integração de novos acadêmicos às atividades em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRANDÃO, C. R. O que é a educação? Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Poder legislativo: Brasília, DF, 23.12.1996, Ano CXXXIV, n. 248, seção 1, p. 27766-27841, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível Superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena. Parecer CNE/CP n. 9/2001, de 08 de maio de 2001. Relatora: Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira. Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil. Poder legislativo, Brasília, Ano CXLIX, p. 31, 18 jan. Seção 1. 2002a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível Superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena. Resolução CNE/CP n. 1/2002, de 18 de fevereiro de 2002. Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil. Poder legislativo, Brasília, p. 31, 09 abril. Seção 1. 2002. Republicada por ter saído com incorreção do original no Diário Oficial, Ano CXLIX, p. 08, 4 mar. Seção I, 2002b.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Projeto de Resolução referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Parecer CNE/CP n. 5/2005, de 13 de dezembro de 2005. Reladoras Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil. Poder legislativo, Brasília, Ano CXLII, n. 250, p. 21, 29 dez. Seção 1. 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, Licenciatura. Resolução CNE/CP n. 1/2006, de 15 de maio de 2006. Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil. Poder legislativo, Brasília, Ano CXLIII, n. 92, p. 10-12, 16 mai. Seção 1. 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Parecer CNE/CP nº 22, de 7 de novembro de 2019. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021. Estabelece o conceito de cidades gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.507-de-5-de-outubro-de-2021-35061715>. Acesso em 29 de abril de 2024.

CPAN/UFMS. Um pouco da história do CPAN/UFMS. Disponível em: <https://cpan.ufms.br/historico-do-cpan/fotos-antigas-do-cpan/>. Acesso em 29 de abril de 2024.

COFFERRI, F. F.; NOGARO, A. Competências do pedagogo como educador social: promovendo o desenvolvimento psicossocial do ser humano. Perspectiva, Erechim/RS, v.34, n. 128, p. 7-21, 2010.

CRUZ, G. B. Curso de Pedagogia no Brasil: História e Formação com Pedagogos Primordiais. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

DIAZ, A. S. Uma aproximação à pedagogia-educação social. Revista Lusófona de Educação, Lisboa, n. 7, p. 91-104, 2006. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/801>. Acesso em 29 de abril de 2024.

FRIZON, L. M. B. Auto-regulação da aprendizagem: atuação do pedagogo em espaços não-escolares. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto alegre, 2006.

GADOTTI, M. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. Revista Diálogos: pesquisas em extensão universitária. v. 18, n. 1, p. 10-32, 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>

GRACIANI, M. S. S. Pedagogia social. São Paulo: Cortez, 2014.

LIBANEO, J. C. Pedagogia e Pedagogos para quê? São Paulo: Cortez, 2022.

OLIVEIRA, M. A. M.; LOIO, J. A. M. S. Migração internacional pendular em fronteira: em busca de qualificações espaciais. Revista Videre, Dourados, MS, v.11, n.21, p. 54-67, jan./jun. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/9069-31787-1-PB.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MIGRAFRON. Anuário das Migrações Internacionais em Corumbá, MS. Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais, UFMS, 2023. Disponível em <https://migrafron.ufms.br/files/2023/06/ANUARIO-DAS-MIGRACOES-INTERNACIONAIS-EM-CORUMBA.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2024.

RIBAS MACHADO, E.; RODRIGUES, M. F.; SEVERO, J. L. R. L. Pedagogia, Pedagogia Social e Educação Social no Brasil: entrecruzamentos, tensões e possibilidades. Interfaces Científicas - Educação, Aracaju, v. 3, n. 1, p. 11-20, out. 2014. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/view/1635>. Acesso em: 29 abr. 2024.

SILVA, C. S. B. O lugar da Pedagogia na formação de professores. In: TIBALLI, E. F. A; CHAVES, S. M. (Orgs). Concepções e práticas em formação de professores: diferentes olhares. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SILVA, M. C. M; GUILHERME, A. A.; BRITO, R. O. A Base Nacional de Formação Docente e o curso de Pedagogia: cenários e perspectivas da formação inicial de pedagogos no Brasil. Revista brasileira de estudos pedagógicos, Brasília, v. 104, p. 1-16, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/N7BSCsfnrw46yt44bcrRX6p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 abr. 2024.

SOUZA, R. T. M.; CATANI, A. M. Educação escolar e educação social: uma interação a favor da cidadania. Revista trama interdisciplinar, São Paulo, v. 7, n. 3, 2016. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/9388/6292>. Acesso em: 29 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de ensino de Graduação. Resolução nº 116, de 17 de setembro de 2008. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – Licenciatura, do Câmpus do Pantanal, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Boletim de Serviço - UFMS, n. 4484, de 21 de janeiro de 2009, p. 1-32.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de ensino de Graduação. Resolução nº 44, de 11 de março de 2011. Aprova a semestralização da estrutura curricular do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – Licenciatura, do Câmpus do Pantanal, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Boletim de Serviço - UFMS, n. 5010, de 18 de março de 2011, p. 13-30.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de ensino de Graduação. Resolução nº 662, de 5 de dezembro de 2014. Altera o item 5 do projeto pedagógico do Curso de Pedagogia – Licenciatura do Câmpus do Pantanal. Boletim de Serviço - UFMS, Campo Grande, n. 5941, de 19 de dezembro de 2014, p. 163- 189.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de ensino de Graduação. Resolução nº 578, de 30 de novembro de 2018. Aprovar o item 7 Currículo, parte integrante do novo Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – Licenciatura do Câmpus do Pantanal. Boletim de Serviço - UFMS, Campo Grande, n. 6934, de 7 de dezembro de 2018, p. 446-501.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Conselho de ensino de Graduação. Resolução nº 653-COGRAD/UFMS, de 29 de novembro de 2022. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Pedagogia – Licenciatura do Câmpus do Pantanal. Boletim Oficial - UFMS, Campo Grande, nº 7931, de 30 de novembro de 2022, p. 289-370.